

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DO SISTEMA e-GESTÃO - TRT 6ª REGIÃO

Número: 03/2020

Data: 07/05/2020

■ **Participantes:** Desembargador Fábio André de Farias - Coordenador do Sistema e-Gestão; Dr. Saulo Bosco de Souza Medeiros - Juiz Auxiliar da Presidência; Dra. Ana Catarina Cisneiros Barbosa - Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional; Luciano José Falcão Lacerda - Secretário da Corregedoria; Dinalva Maria Pereira Pedroza - Assessora da Presidência; Alessandro Alcides de Souza - Chefe da Divisão de Gestão e Governança de Tecnologia da Informação; Renato César Ferraz Marcolino Bezerra - Chefe da Divisão de Sistemas; Sérgio Mário do Nascimento Aguiar - Coordenador de Administração de Pessoal; Maria Terezinha Pimentel de Souza - Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa; Luiz Eduardo Moura de Oliveira - Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico; Christiane Purificação de Castro - Chefe da Seção de Gestão Negocial dos Sistemas PJe-JT e e-Gestão; Henrique José Lins da Costa - Diretor de Secretaria da 5ª Vara do Trabalho do Recife; Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora de Secretaria da Vara do Trabalho de Belo Jardim; Gilberto de Andrade Lima - servidor do Núcleo de Estatística e Pesquisa.

■ **Objetivo:** e-Gestão e assuntos correlatos.

### ■ Pontos relevantes abordados:

Dando início aos trabalhos foram apresentados os seguintes itens constantes na pauta desta reunião:

#### 1) Pendências da última reunião (05/03/2020)

Iniciou Renato Ferraz tratando das determinações da última reunião do Comitê do e-Gestão.

Informou que corrigiu os itens na consulta de processos aptos para julgamento (Provimento CGJT Nº 4/2018) em 13/03/2020.

Quanto ao projeto para ajustes dos itens administrativos do e-Gestão, informou que houve uma reunião inicial com a Corregedoria e o pessoal da SGEP em 16/03/2020, mas, com a decretação do trabalho remoto em 18/03, as atividades do projeto ficaram prejudicadas, e que será retomado conforme a disponibilidade da Corregedoria e da SGEP.

Quanto à liberação do SIAJ1, informou que foram disponibilizadas as senhas para os diretores e seus substitutos legais, mas a criação de um perfil apenas para a emissão de alvará também foi suspensa por causa do trabalho remoto, e deverá ser retomado em breve.

Questionou Dr. Fábio Farias sobre o controle do desarquivamento e o subsequente arquivamento definitivo ou a migração para o PJe. Informou Renato Ferraz que analisou a movimentação da primeira quinzena de março, não percebendo irregularidades.

Reforçou Dr. Fábio Farias a necessidade de monitoramento constante do desarquivamento de processos físicos a fim de controlar o tempo de tramitação no SIAJ1 antes de arquivá-lo definitivamente ou migrá-lo para o PJe.

#### 2) Situação das remessas de 2020

Quanto às remessas mensais, informou Renato Ferraz que já foram transmitidas as remessas dos meses janeiro, fevereiro e março de 2020, encontrando-se as mesmas com o status "validado". A geração de abril encontra-se em andamento.

**3) Cadastramento do Núcleo de Pesquisa Patrimonial como órgão de apoio no CNJ, TST e PJe**

Por fim, tratou Renato Ferraz sobre um e-mail recebido do Núcleo de Estatística, repassando uma demanda recebida do TST, noticiando a inexistência de cadastro do Núcleo de Pesquisa Patrimonial do TRT6 na Tabela de Órgãos de Apoio do TST.

Após a intervenção de Renato Ferraz, Henrique Lins, Terezinha Pimentel, Dra. Ana Catarina Cisneiros, Dr. Saulo Bosco, Dr. Fábio Farias e Luciano Falcão, esclareceu-se que o Núcleo de Pesquisa Patrimonial é uma unidade de apoio, podendo receber processos enviados pelas Varas do Trabalho e pelos Gabinetes; que o Núcleo de Pesquisa Patrimonial não está cadastrado no PJe nem no CNJ; que os processos que devem ser enviados ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial são, no fluxo do PJe, enviados ao CEJUSC Recife; que o Núcleo de Pesquisa Patrimonial funciona no mesmo espaço físico do CEJUSC Recife e é composto pelos mesmos servidores que compõem a equipe do CEJUSC Recife, sendo coordenado também pelo mesmo juiz coordenador do CEJUSC Recife, Dr. Eduardo Câmara; que o Núcleo de Pesquisa Patrimonial cuida dos processos reunidos em execução praticando atos executórios; que toda a equipe tem ciência das atividades próprias do CEJUSC e do Núcleo de Pesquisa Patrimonial; que, quando da correição, há uma ata para o CEJUSC e outra para o Núcleo de Pesquisa Patrimonial.

Concluiu-se, portanto, ser devido o cadastramento do Núcleo de Pesquisa Patrimonial no CNJ, na Tabela de Órgãos de Apoio do TST e no PJe.

#### **4) Alterar a política de expurgos das remessas diárias do e-Gestão. Permanência dos dados das remessas diárias, até fevereiro do ano seguinte**

Dando início à pauta referente ao Núcleo de Estatística e Pesquisa, falou Luiz Eduardo Moura da necessidade de alterar a política de expurgos das remessas diárias do e-Gestão. Esclareceu que, atualmente, as remessas diárias são expurgadas quando da geração da remessa mensal (o que coincide com a política de expurgo do TST) e que, após o expurgo, não mais é possível a consulta de dados no e-Gestão com a periodicidade diária. Lembrou que existe demanda recente da Corregedoria Geral, enviada aos Gabinetes, adotando a data de 19/04/2020 como referência, o que implicou a consulta de dados no e-Gestão também com esta data de referência. Também, a adoção do trabalho remoto a partir de 18/03/2020 devido à pandemia do coronavírus ensejou consultas no e-Gestão com periodicidade diária tendo esta data como referência. Citou, ainda, que, em recente reunião virtual com presidentes e corregedores dos TRTs, o corregedor-geral da JT, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, ressaltou a importância da atualização diária do sistema e-Gestão para responder às demandas. Questionou, então, Luiz Eduardo, da possibilidade técnica de manutenção da disponibilidade de todas as remessas diárias, sendo o ideal até fevereiro do ano seguinte, uma vez que, só assim, as pesquisas no e-Gestão poderão continuar sendo feitas com periodicidade diária, mesmo após a geração da remessa mensal.

Falou Dr. Fábio Farias do volume de dados que seriam armazenados e possíveis impactos em custos de pessoal e equipamentos com a manutenção das remessas diárias disponíveis para consulta.

Falou Alessandro de Souza que a equipe de infraestrutura precisa ser ouvida para uma avaliação dos custos para manter as citadas remessas disponíveis. E, que, sendo de grande monta, pode-se pensar em manter as remessas diárias disponíveis por período inferior ao citado por Luiz Eduardo.

#### **5) Presença indevida de magistrados nos relatórios estatísticos**

A esta altura, falou Dra. Ana Catarina Cisneiros, que visualiza no Observatório processos vinculados a magistrados que não fazem mais parte do TRT6 por motivos diversos como aposentadoria ou falecimento e, ainda, que há magistrado figurando na lista de 1º grau quando, atualmente, o mesmo já compõe o 2º grau.

Após diversas falas de Terezinha Pimentel, Henrique Lins, Luiz Eduardo Moura e Dr. Fábio Farias, esclareceu-se que as inconsistências apontadas se dão por equívocos nos lançamentos de movimentação processual efetuados pelas VTs ou

ainda por ausência de redistribuição quando do afastamento (por aposentadoria, falecimento, promoção etc.) de um magistrado.

Sugeri Dr. Fábio que se proceda ao levantamento dos juízes ativos e daqueles que, apesar de constarem nos sistemas de informação, não estejam mais vinculados ao TRT6.

Informou Luciano Ferraz que enviou recentemente ofício à servidora Ana Lopes solicitando a lista dos magistrados ativos para posterior cruzamento com as listas constantes nos sistemas de informática.

#### **6) Chamados do AssytNet relativos ao PJe e soluções previstas nos relatórios do "Você Sabia?" de acordo com as regras do e-Gestão 2.0**

Com referência aos chamados no sistema AssytNet relativos ao PJe, falou Luiz Eduardo Moura que, a fim de solucionar demandas repetitivas de correção de lançamentos no PJe, pretende incluir no Observatório um botão direcionando o usuário para o relatório "Você Sabia?" com indicação da solução correspondente à pendência no processo. Para tanto, contudo, faz-se necessária a adequação dos relatórios existentes ao manual 2.0 do e-Gestão bem como a elaboração de outros.

Falou Christiane de Castro, inicialmente, da necessidade de disponibilizar os relatórios "Você Sabia?" em local mais visível na intranet ou no portal do TRT. Continuando, falou que já está realizando o trabalho de mapeamento dos relatórios existentes e da necessidade de adequação dos mesmos ao manual 2.0 do e-Gestão bem como dos relatórios que precisam ser produzidos.

Adiantando a pauta da Seção Negocial dos Sistema PJe e e-Gestão, falou Christiane de Castro que, para facilitar a visualização de pendências pelos usuários, sugere a inclusão no Observatório dos campos DATA DE OCORRÊNCIA (data considerada como referência para início da contagem do prazo) e DIAS (contagem dias úteis desde a data de ocorrência).

#### **7) PROAD Nº 5235/2020 - Disponibilização de informações do sistema PJE para o CNJ - Indicadores de PJe - Demanda do CNJ**

Quanto ao item referente PROAD Nº 5235/2020, informou Luiz Eduardo que o tema já foi abordado na reunião do comitê do PJe, tendo sido definido que os dados extraídos pelo *script* disponibilizado pelo CSJT não serão cotejados com os indicadores do PJe.

#### **8) Processos Físicos Fora do e-Gestão - constam como incinerados no SIAJ, mas se encontram tramitando. Acompanhados por um BI – Estatística (4772)**

Quanto aos processos físicos fora do e-Gestão, informou Luiz Eduardo que existem 4.772 processos nesta situação. Informou ainda que a maioria se refere a processos sem movimentação, há muito tempo, com a execução já finalizada e já arquivados, porém sem o registro dos lançamentos correspondentes no SIAJ. Embora não haja impacto nos dados estatísticos, os processos encontram-se ainda ativos no SIAJ.

Falou Henrique Lins que constam também nesta quantidade alguns processos que foram desarquivados recentemente, com a reabertura do Arquivo Geral em março/2020, para atendimento de demandas do Projeto Garimpo.

Sugeri Luiz Eduardo Moura que os processos sem movimentação há 1.000 dias fossem arquivados por *script* desenvolvido pela TI. A lista de processos restantes seria tratada caso a caso.

Sugeri Dr. Fábio Farias que todos os processos da lista fossem arquivados, independentemente da quantidade de dias parados e, posteriormente, caso necessário, o processo seja desarquivado para prosseguimento do mesmo.

**9) Ofício Circular SECG/CGJT nº 028/2020 - Processos em Execução (72.440) processos, 30.04.2020); Ofício TRT6 -CRT nº 207/2020, de 05/05/2020 - sobre o ofício circular acima**

Informou Luiz Eduardo Moura o recebimento do ofício acima citado da corregedoria geral informando a existência de 72.440 processos em execução no Regional, e solicitando empenho para a finalização dos mesmos.

Informou Luiz Eduardo que o Núcleo de Estatística e Pesquisa procederá à análise deste quantitativo a fim de identificar eventuais incorreções, notadamente quanto a processos físicos migrados para o meio eletrônico.

Os itens da pauta referente à Seção Negocial dos sistemas PJe e e-Gestão foram abordados no item 6. Quanto à possibilidade de inclusão do campo LOCALIZAÇÃO nos processos da Vice no Observatório, a Seção de Gestão Negocial dos Sistemas PJe-JT e e-Gestão tratará posteriormente diretamente com Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico.

Por fim, falou-se que a cerimônia de entrega do certificado para as unidades do 1º e 2º graus que trabalharam na conversão dos processos físicos para garantir o selo 100% PJe fica adiada para momento oportuno, considerando a atual pandemia do coronavírus.

**Foram deliberadas e definidas as seguintes ações a serem realizadas pelo Grupo- Gestor.**

**1) Deverão o Núcleo de Estatística e Pesquisa e a Divisão de Sistemas cadastrar o Núcleo de Pesquisa Patrimonial junto ao CNJ e no PJe, respectivamente.**

**2) Deverá a Divisão de Gestão e Governança de Tecnologia da Informação analisar, juntamente com a Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, a possibilidade de manter as remessas diárias disponíveis para consulta no e-Gestão.**

**3) Deverá a Seção de Gestão Negocial dos Sistemas PJe-JT e e-Gestão adequar os relatórios "Você Sabia?" ao manual 2.0 do e-Gestão, bem como desenvolver novos relatórios para as demandas repetitivas.**

**4) Deverá a Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico atualizar o Observatório para que conste o botão de direcionamento do usuário para os relatórios "Você Sabia?", bem como incluir as informações referentes à data de ocorrência e quantidade de dias para os processos pendentes de julgamento (1º e 2º graus).**

Finalizando a reunião, o Exmo. Sr. Desembargador Fábio Farias abriu a pauta para questionamento dos presentes, sem nada mais a ser deliberado, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.

**FÁBIO ANDRÉ DE FARIAS**

Desembargador Coordenador do Sistema e-  
Gestão